



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XIX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO / I EREBIO – REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENSINO DE BIOLOGIA – REGIONAL SUL.

ALÉM DA ESCOLA NORMAL. O ENSINO COMERCIAL COMO OPÇÃO DE PROFISSIONALIZAÇÃO FEMININA NOS ANOS 1940/1950.*

Erica Piovam de Ulhôa Cintra, Mestre em Educação

(linha História e Historiografia da Educação) pela UFPR, piovam@onda.com.br

Introdução

Enquanto os colégios católicos femininos de Curitiba ainda se organizavam, na década de 1940, para a fundação das escolas normais, as Irmãs de São José (instaladas em Curitiba, desde 1896), iniciam os trabalhos educacionais com o Instituto Comercial São José (1942), depois Escola Técnica de Comércio São José (1944), destoando do conjunto destes estabelecimentos de ensino na cidade. E considerando que o magistério ou a escola normal representou, na década de 1940, especialmente em Curitiba, o ponto alto para a formação da jovem mulher¹, que motivos colaboraram para que as jovens mulheres realizassem o curso técnico comercial ofertado pela Escola? Teria sido a ‘expansão capitalista’ da cidade e o desejo (ou necessidade) de exercer o trabalho que as mulheres começaram a invadir os espaços masculinos trocando as “femininas máquinas de costura pelas de escrever”?² As possibilidades de resposta são aqui delineadas.

Os cursos comerciais como alternativa aos ensinos normal e secundário da época

O Instituto Comercial São José foi fundado em 11 de novembro de 1942³ sendo

* O presente artigo foi elaborado com base na dissertação intitulada *Ensino profissional feminino em Curitiba: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955)*, defendida em abril do corrente ano, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Orientação professora-doutora Liane Maria Bertucci-Martins.

¹ Veja, IWAYA, Marilda. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná* Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). Curitiba, 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. E também: FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*. Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

² GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945*. Curitiba, 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, p.111.

³ As atividades educacionais desta instituição de ensino comercial foram encerradas no ano de 1988.

este o primeiro projeto educativo de ensino profissional, em nível secundário, das Irmãs de São José no Paraná que já atuavam na área educacional – e não somente nesta área – na cidade e em outras localidades paranaenses. O Instituto com sede na cidade de Curitiba, à Praça Rui Barbosa, esquina da rua Emiliano Pernet, funcionava em prédio próprio especialmente construído para tal fim. A base legal para a sua constituição encontrou respaldo na reforma de Francisco Campos (1931), e depois na Lei Orgânica do Ensino Comercial, na reforma de Gustavo Capanema (1943) – quando, dentre outras mudanças, passou a denominar-se Escola Técnica de Comércio São José. Nos anos 1940/1950 foi este o único colégio católico feminino voltado à formação da jovem mulher em área técnica de comércio na cidade. Sua criação pode ser traduzida como uma alternativa aos ensinos normal e secundário à época, em Curitiba. Inclusive, a formação de normalistas era difundida a módicas quadras e na mesma rua pela Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto. Nas décadas de 1940 e 1950, este estabelecimento público de ensino veio a ser o lócus de formação profissional feminina das jovens normalistas curitibanas. Tanto que, em meados da década de 1950, Erasmo Pilotto vai afirmar o “fato demais conhecido da exagerada e desnecessária concentração de professores na Capital”⁴ ao comentar o alto índice de reprovações do ensino primário no estado, no ano de 1946. Sinalizava aí a falta de professoras primárias nos municípios interioranos e a centralização das mesmas à capital paranaense.⁵ Por sua vez, os colégios católicos femininos, que até então investiam no ensino primário e no 1º ciclo do ensino secundário, o ginásio, vão iniciar, neste momento, além do 2º ciclo do secundário (clássico e/ou científico), a difusão do ensino normal colaborando para ampliar ainda mais os quadros professorais da cidade.⁶

⁴ PILOTTO, Erasmo. *A educação no Paraná*. Síntese sobre o ensino público elementar e médio. Rio de Janeiro: MEC/INEP, CILEME, 1954, p.72.

⁵ Tal situação, além de encarecer o custo *per capita* do alunado para o erário público - e o da capital estimado em duas vezes a média do estado que era de Cr\$ 504,00 -, também incidiria sobre o custo deste alunado a remuneração das normalistas, considerada “naturalmente, mais alta”. (PILOTTO, Erasmo. op.cit., p.72) Sobre a feminização do magistério em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, veja: SOUZA, Cristiane dos Santos. *A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927): um estudo na perspectiva de gênero*. Curitiba, 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

⁶ As escolas normais fundadas eram as dos Colégios: Nossa Senhora de Lourdes (1946), Sagrado Coração de Jesus (1946), Sion (1949) e a do próprio São José (1955) - além das escolas de Enfermagem (Irmãs de São José, 1953) e de Educação Familiar (Sociedade das Filhas do Coração de Maria, 1953) - esta última conhecida como ‘caça-marido’, muito devido ao entendimento sugerido pelas disciplinas do currículo escolar (puericultura, administração doméstica, relações familiares, culinária e outras) e da proposta de preparação das mulheres para o casamento e a maternidade, embora também formassem professoras para disciplinas do ensino doméstico em nível secundário. Sobre a escola de enfermagem, veja: PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *Os caminhos do ensino de graduação em Enfermagem em Curitiba de 1953*

Outro fator agravaria o quadro do ensino normal e do secundário na cidade: as limitações em relação ao mercado de trabalho aos egressos destes ensinos. No primeiro caso, como já indicado por Erasmo Pilotto, em processo de saturação como resultado da centralização do ensino à capital do estado⁷, e noutro, na não correspondência às expectativas dos setores produtivos da sociedade que reclamavam a participação de técnicos para o atendimento dos setores industrial e comercial. O ensino de nível secundário com caráter propedêutico estava muito longe desta correspondência entre educação e trabalho. E o ensino profissional secundário estava demasiadamente restrito a poucas instituições. Por exemplo, no ano de 1942, bem depois do fechamento do Instituto Comercial do Paraná (1905-1931)⁸ e conforme relata o inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial no estado do Paraná, Aryon Niepce da Silva, seriam os seguintes os destinos possíveis para os interessados em cursar o ensino comercial, do curso elementar ao superior, no Paraná, em 1942:

TABELA 1: ACESSO AOS CURSOS DO ENSINO COMERCIAL: PARANÁ, 1942

<i>Local e cursos</i>	<i>Propedêutico e Contador</i>	<i>Todos os cursos comerciais*</i>		<i>Curso superior de Administração e Finanças**</i>
Curitiba		Academia de Comércio e Ciências do Paraná (depois, para Comércio Silva')***	Paranaense e Faculdade de Econômicas do Paraná (mais tarde, a Universidade do Paraná)	
Curitiba	Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná (depois, Escola Técnica de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná)		---	---
Curitiba	Faculdade de Comércio do Paraná (depois, Escola Técnica de Comércio Remington do Paraná)		---	---
Ponta Grossa	Academia Pontagrossense de Comércio		---	---

* Conforme o Decreto-Lei nº 20.158, de 30 jun. 1931, o curso propedêutico (elementar) e os técnicos:

a 1994. Curitiba, 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Sobre educação familiar: FUCKNER, Cleusa Maria. op.cit.

⁷ Não raro, normalistas realizaram os cursos comerciais da Escola. Em 1945, das 9 alunas matriculadas no primeiro ano do curso de contador, 2 apresentavam diploma de normalista; em 1946, das 12 alunas matriculadas no primeiro ano do curso de contabilidade, 5 eram normalistas. (RELATÓRIO DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Boletim de informações da Escola Técnica de Comércio São José ao M.E.S, referente ao ano de 1945*. Curitiba, 1947; RELATÓRIO... *referente ao ano de 1946*. Curitiba, 1948.) (Arquivo do Colégio São José, Curitiba)

⁸ Foi uma das primeiras, e talvez a única, instituição pública de ensino comercial criada na cidade. Porém, o Instituto Comercial do Paraná não se adaptou aos moldes federais do ensino comercial, pois não contou com fiscalização, nem inspeção preliminar ou permanente para efeitos de equiparação ou reconhecimento do curso e do estabelecimento até pelo menos à reforma Campos. Aliás, antes do Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, para Aryon Niepce da Silva, não houve: “qualquer escola de comércio sob fiscalização federal em nosso Estado.” (NIEPCE DA SILVA, Aryon. *O ensino comercial no Brasil: história, legislação, jurisprudência da Divisão do Ensino Comercial*. Curitiba: Ed. Guayra, 1942, p.25)

secretário (1ano), guarda-livro (2), perito-contador (3), atuário (3), administrador-vendedor (3 anos).

** Único curso superior previsto em lei e apenas aos concluintes dos cursos: contador ou atuário.

*** As alterações da Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 23 dez. 1943, alcançam os tipos de estabelecimentos deste ensino que passam a ser: escola comercial (ensino do curso comercial de 1º ciclo: o comercial básico) ou escolas técnicas de comércio (ensino de cursos comerciais de 1º e 2º ciclos ou somente de 2º ciclos: os técnicos).

FONTE: NIEPCE DA SILVA, Aryon. *O ensino comercial no Brasil*. Curitiba: Ed. Guayra, 1942, p.25.

A primeira constatação, ao observar a tabela 1, é a de que se tratava de poucas instituições de ensino comercial para todo o estado do Paraná. As duas academias de comércio da capital, como eram chamadas as instituições de ensino comercial em face da regulamentação de 1931, estavam associadas às ‘faculdades’ – com conotação diferente de como hoje se entende esta instituição - e não todas, aparentemente, ligadas à especialidade dos cursos comerciais: a ‘Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná’, parece ser este exemplo. Entretanto, se esta instituição dava margem a este entendimento teria como justificativa, especialmente para o curso de contador, as disciplinas de caráter jurídico: Noções de Direito Constitucional e Civil (1º ano), Legislação Fiscal (1º ano), Noções de Direito Comercial Terrestre (2º ano) e Prática do Processo Civil e Comercial (3º ano). A outra academia de comércio da capital, a Academia Paranaense de Comércio e Faculdade de Ciências Econômicas, não contava com os ‘bacharelados’ respectivos (Ciências Econômicas) que só viriam a acontecer após o ano de 1945. Antes, contava com todos os cursos comerciais técnicos, mais o propedêutico e o superior de administração e finanças - o único curso superior da área à época e da reforma de 1931. A Academia Pontagrossense de Comércio, em Ponta Grossa, e a Faculdade de Comércio do Paraná, em Curitiba, contavam apenas com os cursos: propedêutico e contador. Porém o que todas estas instituições teriam de surpreendente, diz respeito ao número geral de matrículas admitidas em seus cursos:

As matrículas crescem de ano para ano graças à confiança que a mocidade vem depositando nesses estabelecimentos, aliás se não completos na sua organização, pelo menos quasi completos, mas todos em perfeita harmonia com as instruções em face da legislação federal, apresentando no corrente ano letivo [1942] uma matrícula que se aproxima de 1.000 alunos.⁹

O relato do inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial do estado informa o interesse da demanda pelo ensino comercial, a organização dos estabelecimentos deste ensino em face da legislação e o importante número de matrículas. Aproximando este dado com outros disponíveis, pode-se confirmar um salto do número de matrículas nos cursos comerciais do Paraná, ao menos, na última década. Em 1933, havia 6 instituições

⁹ NIEPCE DA SILVA, Aryon. op. cit.

de ensino comercial no estado, possivelmente concentradas na capital ou em suas proximidades, com o registro de 174 matrículas ao todo.¹⁰ Quase uma década depois, as instituições de ensino comercial de Curitiba e de Ponta Grossa (que significam ‘o todo’ do Paraná), embora em menor número, aproximam-se de 1.000 matrículas.

Este ‘salto’ permite compreender um pouco mais a ‘confiança da mocidade’ para tais cursos, que contabilizavam, entre um e outro dado, um acréscimo de mais de 570% o número de matrículas no ensino comercial do Paraná. Denota, especialmente, a correspondência aos interesses do sistema produtivo, e mesmo às expectativas desta demanda, para inclusão como força produtiva no mercado de trabalho. Havia assim uma emergência destes profissionais ante as exigências do próprio mercado de trabalho, especialmente neste período, em face da urbanização e da industrialização vividos pelos pólos de desenvolvimento do Paraná (se não todos, a capital e Ponta Grossa) e que reclamavam a formação desta demanda com alguma especialização para o trabalho, neste caso para o comércio.¹¹ O aumento do número de matrículas também estaria em consonância com as implementações do governo getulista e confere com a ‘dinâmica’ de crescimento dos setores produtivos da sociedade e, assim, dos cursos profissionais de nível secundário entre os anos de 1930 e 1940 – e isto só tenderia a aumentar paulatinamente.¹² De certa forma, esta situação também confere importância à ação de Francisco Campos, com o Decreto-Lei n. 20.158 de 30 de junho de 1931 que oficializa o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador, num momento em que seria mais compreensível a organização, não do ensino comercial, mas do industrial – o que faz Capanema com a expedição da primeira lei orgânica de ensino, em 1942.¹³ A ação de Campos foi decisiva para a difusão do ensino comercial no país, e mais precisamente para a capital do estado, nos anos posteriores a regulamentação de 1931 até a reorganização do ensino com a reforma Capanema, em dezembro de 1943.

Então, considerando a centralização do ensino normal à capital do estado, o ensino secundário que não correspondia a formação para o trabalho, e o ensino

¹⁰ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p.322; 330.

¹¹ Cf.: SINGER, Paul; MADEIRA, Felícia. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. Caderno 13. São Paulo: Brasiliense, 1975.

¹² Tal é a difusão de instituições de ensino comercial no país, em parte da década de 1940: 640 (1941), 721 (1942), 801 (1943), 955 (1944), 1.014 (1945), 1.123 (1946), 1.071 (1947). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 8, 1947, p.405; Ano 11, 1950, p.397).

¹³ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

comercial com importante aumento do número de matrículas, em qual destes ensinos o investimento educacional poderia se fazer mais interessante e promissor àquela época? No caso do Colégio¹⁴, a opção foi pela diversificação do ensino profissional feminino. A constituição do Instituto Comercial São José, por um lado, garantiria à sua demanda uma abreviada entrada no mercado de trabalho com certa especialização e, por outro, esta diversificação do ensino, em outra seara que não a educação secundária ou o ensino normal e sim com a oferta de cursos comerciais, se constituiria também em eficaz estratégia de participação da instituição no mercado educacional àquele período. Somava-se, portanto, às instituições que realizavam a correspondência entre educação e trabalho sem, contudo, abrir mão dos interesses da própria instituição de ensino: católica e feminina.¹⁵

Breve passagem a participação de personalidades da vida pública paranaense na organização e funcionamento do Instituto Comercial São José

Para oferecer esta modalidade de ensino para o público feminino nos primeiros anos da década de 1940, as Irmãs de São José contaram com a cooperação de importante personalidade da vida pública e conhecedor da área e do ensino comercial, o próprio inspetor federal da Divisão de Ensino Comercial no estado do Paraná: Aryon Niepce da Silva.¹⁶ Com sua experiência profissional e pedagógica, Niepce da Silva contribuiria sobremaneira para qualquer assunto relacionado ao ensino desta especialidade, bem como, aos que se referissem à ‘perfeita harmonia’ com a legislação federal - recuperando as palavras dele mesmo anteriormente. Também contribuiria para o início dos trabalhos educacionais da instituição, o inspetor federal do ensino comercial que assumiu função em 1943: Carlos Sternberg Valle.

Nos diferentes documentos escolares a respeito da memória da instituição (históricos da escola), Niepce da Silva e Sternberg Valle ladeiam a insistente menção à participação das ‘famílias curitibanas’ e de autoridades locais, para a realização de um

¹⁴ O Colégio ao qual se faz referência é a instituição de ensino como um todo (Colégio São José, Curitiba) e não somente em relação ao curso comercial, mas a todos os cursos ali ofertados (jardim de infância, primário, datilografia, comercial etc). Quando da referência ao Colégio é neste sentido que se procede.

¹⁵ Nisto, não é coincidência a organização do ensino profissional em nível secundário realizada pelo Ministério da Educação e Saúde na gestão de Gustavo Capanema. As Leis Orgânicas do Ensino corresponderiam não só às expectativas da economia brasileira, como também às da demanda que viria abarrotar as instituições deste ensino que se difundiam no país, especialmente, dos ensinos industrial e comercial.

¹⁶ Foi também inspetor da Divisão de Ensino Superior junto à Faculdade de Direito do Paraná. De sua autoria: *O ensino comercial no Brasil*, 1942; *Páginas da história*, 1943.

ensino adaptado à realidade da capital paranaense.¹⁷ Adaptação esta que precisaria assumir ainda contornos mais visíveis para fazer vislumbrar um lugar mais representativo para o projeto educativo que as Irmãs de São José organizavam, portanto, um novo prédio escolar.¹⁸

Atendendo ao pedido de inúmeras Famílias, desejosas de dar á suas Filhas uma formação mais adequada á época, como ás instancias das Exmas Autoridades locais, pressurosas de dotar a Capital de um Estabelecimento de ensino comercial feminino, a Congregação das Irmãs de São José, apesar das dificuldades do momento, fez jús aos desejos dos interessados e, em fins do ano de 1941, iniciou uma vasta construção, acomodada e acondicionada ao desideratum requerido. O Colégio São José que passará a chamar-se doravante “INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ” mercê a benevolencia das Exmas Autoridades do Departamento Nacional do Ensino Comercial, está situado na esquina da Praça Ruy Barbosa com a Avenida Dr. Emiliano Pernetta. (...) A pedido das Exmas Familias do interior do Estado, siasas no resguardo de suas filhas que cursam as Faculdades e a Escóla Normal da Capital, reservam se os aposentos acondicionados onde pôdem elas se recolher e vagar aos seus trabalhos post-escolares¹⁹

É possível que este ‘pedido’ de constituição, inicialmente, dos cursos comerciais tenha partido das famílias ou das próprias alunas que cursaram o antigo curso de Datilografia afim de que as Irmãs ofertassem uma formação mais aprimorada na área que certamente afluíam ao cabo daquele curso, a comercial. Daí o ensejo da instituição para com a escolha desta modalidade de ensino profissional, não descartando, entretanto, a influência que a própria emergência vivida pela sociedade naquela época exerceu na tomada desta decisão. Juntas, tais questões colaboram na composição de uma entremeada perspectiva para compreender o investimento das Irmãs de São José no ensino comercial para a educação profissional feminina em Curitiba.

O envolvimento das religiosas com a profissionalização feminina em projetos

¹⁷ É interessante observar a respeito dos registros da memória do Colégio que, afora a menção ao referido professor e ao inspetor federal, não ocorrem, de fato, outros nomes do cenário educacional paranaense, ao menos, no período investigado. O registro às ‘famílias curitibanas’, assim como à participação das Irmãs, assume esta característica mesma: geral. Os vários e muito similares ‘históricos do Colégio’, restritos a datação de episódicos eventos da constituição das diferentes escolas, não mencionam, por exemplo, a importante participação da primeira diretora do Instituto Comercial São José, Ir. Hermínia Gomes, observada tão presentemente nos vários documentos escolares administrativos, burocráticos e pedagógicos desde o período anterior a fundação do mesmo até o final de sua gestão na administração da escola (1941-1947?). É muito possível, inclusive, que tenha ela mesma se auto-omitido dos registros da escola por ter sido a própria autora dos primeiros registros da memória do Colégio. Talvez, este silêncio deliberado escapasse mesmo a sua própria atuação profissional e tivesse íntima relação com seus compromissos religiosos, de despojamento de si pelos ‘votos’ assentidos.

¹⁸ Os recentes estudos que tem como objeto de estudo a trama entre a arquitetura escolar e o projeto educativo na organização de uma instituição escolar têm acompanhado as contribuições de: CHÂTELET, Anne-Marie. *La naissance de l'architecture scolaire: les écoles élémentaires parisiennes de 1870 à 1914*. Paris: Honoré Champion, 1999.

¹⁹ HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. Curitiba, nov. 1942. 2f. (Arquivo do Colégio São José, Curitiba)

anteriores ao Instituto: os cursos extra-curriculares e o curso de datilografia

O Instituto Comercial São José é criado quatro décadas depois das Irmãs de São José no Paraná terem iniciado o atendimento educacional com o ensino primário no Externato São José (1902). Alocado no centro da capital paranaense, e até a década de 1940, os cursos ali ministrados, além do primário e do jardim de infância, eram: aulas de piano, de bordado e, note, de datilografia²⁰ - curso este de origem remota frente aos investimentos que seriam realizados a partir da década de 1940 com os cursos comerciais. A ocorrência da oferta deste curso como ‘extra-curricular’ em uma instituição que contava apenas com cursos de formação como hoje se chama, de educação infantil e de séries iniciais, é significativa. Certamente, o curso de datilografia, não se referia à formação das crianças, mas sim às jovens curitibanas e, dentre elas, àquelas que ensejassem uma entrada breve no mercado de trabalho, em escritórios, casas comerciais, bancos, etc. O curso de datilografia era para estas jovens mulheres. De caráter prático e de curta duração, o curso possibilitava ao seu término um certificado com o qual conferia a capacitação das concluintes para a ocupação de atividades ligadas a prestação deste serviço na cidade. Era o primeiro passo para o alcance de ‘algo mais’ na formação destas mulheres: por que não uma profissionalização mais acurada ante a emergência industrial e comercial da época? Por que não os cursos comerciais... O curso de datilografia poderia ser esta chamada para a realização das atividades comerciais da escola, ao menos, como uma qualificação em área já conhecida do trato educacional das religiosas (diz-se deste curso).

Não menos importante é o destaque para as outras atividades ‘comuns’ ao sexo feminino ofertadas, neste caso, também como cursos extra-curriculares e não como componentes essenciais dos currículos da educação feminina. O piano, o bordado e também o corte e costura, eram eles próprios os cursos extra-curriculares – algo que muito destoa da composição dos currículos de cursos voltados a educação feminina cujos conhecimentos são considerados essenciais para a preparação das jovens ao casamento e à maternidade.²¹ Esta diferenciação nos currículos escolares femininos, feita neste caso, permite refletir sobre um outro lado destes conhecimentos. Além da

²⁰ PASTA ATOS LEGAIS. (Arquivo do Colégio São José, Curitiba)

²¹ Consultar: FUCKNER, Cleusa Maria. op.cit.; PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942*. Curitiba, 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná; TOFOLI, Therezinha Elizabeth. *Educação feminina em Adamantina – SP: “O Instituto de Educação Madre Clélia” (1951-1978)*. Presidente Prudente, 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista.

formação de ‘boas moças’, prendadas, dedicadas ao lar, entretidas no espaço doméstico, por outro lado, podem ter conferido, especialmente às mulheres de classe média, outro sentido agregado àquele: o de uma possibilidade elementar de renda. Assim, com o aprendizado destes conhecimentos com outra finalidade que não somente a pretendida na formação de ‘boas moças’, estes conhecimentos e atividades de que as jovens se apropriaram, de maneira voluntária ou não, ganham aí outro sentido. O piano, para as musicistas, poderia até alegrar as tardes dos chás das amigas de casa, mas quiçá de alguma casa de chá! O bordar e o coser, da mesma forma, dado o talento das mesmas, poderia ir além dos remendos e dos cuidados com as vestes familiares.

Isto permite inferir que, por trás do ensino destas refinadas atividades na formação das mulheres, estava presente também o propósito de instruí-las em atividades que as possibilitassem adentrar em alguma fronteira do mercado de trabalho. E, em vista do curso de datilografia, em especial, havia o propósito mesmo da formação destas mulheres para o trabalho. A existência deste curso na instituição situa o envolvimento das Irmãs com a formação de mulheres para o trabalho em outros projetos formativos do Colégio anteriores mesmo ao Instituto Comercial São José.

Curso técnico comercial em colégio católico feminino: uma aparente contradição?

Um curso comercial em colégio católico, aparentemente, pouco se encaixaria na perspectiva de uma formação feminina voltada para o espaço doméstico, por outro lado, encaixa-se perfeitamente perante as mudanças provocadas pela expansão industrial e comercial vivenciadas pelo país e pela cidade naquele período em que despontava a diversidade de atividades produtivas desempenhadas por mulheres, e não só nas instâncias da educação e da saúde. O setor educacional também havia se adaptado a nova realidade produtiva dos setores econômicos da sociedade. E à candidata cidadina aos cursos de nível secundário, seriam ofertados, além do ensino secundário, os cursos de ensino profissional, especialmente: o normal, o comercial e o doméstico.

O próprio curso comercial não significaria novidade à educação das jovens curitibanas da época. As mulheres da chamada Primeira República já contavam, no sistema público, com o ‘Instituto Comercial do Paraná’, fundado em 1905 e em atividade entre os anos de 1910 a 1931. Outras instituições se somariam ao ensino comercial, como o Curso Comercial da Escola Alemã/Colégio Progresso, que logo passaria a outras denominações e intervenções até ser anexada à Faculdade de Direito

do Paraná, em 1943.²² Aliás, é neste decênio que ocorre uma guinada do ensino comercial em Curitiba quando novas instituições, como a Escola Técnica de Comércio São José, e outras não tão novas assim, como a Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito do Paraná, a Escola Técnica de Comércio ‘De Plácido e Silva’, e a Escola Técnica de Comércio Remington do Paraná se somam às possibilidades de realização deste ensino profissional em Curitiba - Paraná. Entretanto, são várias as mudanças que colaboram para que este ensino laico e geralmente conformado a formação masculina ocorresse em colégio católico feminino.

O comércio, de modo geral, como setor produtivo, nos anos 1930/1940, estava em franco desenvolvimento e caminhava a par das transformações socioeconômicas que incrementavam e diversificavam o setor industrial do país. E, neste período, não por mera coincidência, o ensino técnico comercial estava entre os mais difundidos ensinos profissionais de nível secundário em todo o país, notadamente para o público masculino. A década de 1930 foi o seu principal período de destaque o que muito colaborou a oficialização do ensino comercial com a reforma Campos (1931) - a mesma lei que regulamentou a profissão de contador. Outro ministro proeminente da pasta da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, de personalidade conciliatória e de resistência às políticas mais autoritárias do período²³, também contribuiria para redefinir os planos do Instituto Comercial São José. Tendo ele estado à frente da pasta durante onze anos (1934-1945), Capanema imprimiria uma política educacional considerada a mais duradoura e longa do país.²⁴ As Leis Orgânicas do Ensino, ou ainda a Reforma Capanema, como ficou conhecida a coletânea de decretos-lei e legislação complementar publicada entre os anos de 1942 a 1946, redefiniu a estrutura dos sistemas de ensino

²² “Criado em 1936, pela *Verein Deutsche Schule* [Sociedade Escolar da Escola Alemã], associação escolar mantenedora do Colégio Progresso, o Curso Comercial visava a preparar alunos e alunas para a carreira profissional.” (SOUZA, Regina Maria Schimmelpeng de. *Curso Comercial Colégio Progresso*, texto inédito, maio 2004. *grifos no original*) Depois, o Curso Comercial passaria a denominar-se ‘Academia de Comércio Progresso’ e, ainda, ‘Academia de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná’ até que seria, em 1944, a ‘Escola Técnica de Comércio anexa a Faculdade de Direito do Paraná’. A história de parte da trajetória educacional da Escola Alemã/Colégio Progresso, em Curitiba, as tensões e os constrangimentos do ensino da língua e cultura alemã para teuto-brasileiros durante o governo de Getúlio Vargas nas suas incisivas estratégias nacionalistas, em especial, no período do Estado Novo, cf.: SOUZA, Regina Maria Schimmelpeng de. *A estrada do poente: Escola Alemã/Colégio Progresso*. Curitiba, 1930-1942. Curitiba, 2003. (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. (CD-ROM)

²³ Veja, SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

²⁴ Cf.: GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

primário, secundário e profissional em todo o território nacional.²⁵ Foi esta legislação a base sobre a qual se constituiu o encaminhamento da Escola Técnica de Comércio São José durante os anos que se seguiram a publicação da Lei Orgânica do Ensino Comercial (1943) e até às mudanças introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, em 1961.

Assim, a criação do Ministério da Educação e Saúde (1930) aliada às reformas educacionais estabelecidas por Francisco Campos e por Gustavo Capanema nas décadas de 1930 e 1940 instituíram os aportes oficiais necessários para a sistematização do ensino secundário e profissional no país e isto também para as décadas seguintes. É patente a qualificação voltada para o atendimento dos setores produtivos, especialmente, o secundário (indústrias) e o terciário (comércio).²⁶ O agrícola (setor primário), embora não tenha sido tão valorizado naquele momento, também teria seu ensino contemplado na legislação educacional.²⁷ E a experiência com as grandes guerras, na impossibilidade de importação de técnicos estrangeiros especializados na lide com maquinários, bem como, as novas situações advindas do processo de industrialização do país, incentivado pelo governo getulista desde 1930, também ressoaram na constituição das reformas e implementações educacionais deste período, em especial, no Estado Novo (1937-1945).

Acompanhando, apesar das limitações decorrentes da Segunda Grande Guerra, os desenvolvimentos econômico, industrial e urbano da cidade de Curitiba, que muitos moradores alardeavam, nos primórdios da década de 1940, a cidade ‘rumo ao

²⁵ De certa forma, Capanema atingiria até mesmo o ensino superior, quando, por exemplo, da proposição de cursos superiores específicos para os concluintes do ensino técnico comercial. Na Lei Orgânica respectiva a este ensino, há menção para a organização de cursos do ensino superior afins a área comercial. Apesar de, no decreto da lei orgânica de 1943, não estar concluída tal organização ela se materializa dois anos depois, na constituição dos cursos de Ciências Contábeis e Atuariais e o de Ciências Econômicas.

²⁶ Em 1935, dos 41.560.147 brasileiros, aproximadamente 11.888.000 estavam em vários ramos de atividade no país. O setor produtivo com maior número foi o primário (agricultura, pecuária e indústrias rurais), com 8.860.000 trabalhadores; seguido pelo setor terciário (comércio e prestação de serviços), com 1.117.000 trabalhadores, e o secundário (indústria e manufaturas), com 971.000 trabalhadores. O setor terciário atendia: comércio em geral (677.000), transportes terrestres e aéreos (220.000), transportes marítimos e fluviais (120.000), hotéis, restaurantes, casas de diversões e feiras (40.000), bancos, empresas de segurança, penhores, câmbio e operações financeiras (35.000), e as comunicações (25.000). O setor secundário: indústria têxtil (210.000), construção em geral (200.000), metalurgia (160.000), indústria madeireira (100.000), vestuário e toucador (100.000), couro, cortume e artefatos (incluso calçados, 70.000), mineração (40.000), cerâmica e vidraria (36.000), energia elétrica (30.000) e produtos químicos (25.000). As profissões liberais (professores, contadores, engenheiros, médicos, farmacêuticos, advogados, etc) eram exercidas por 240.000 trabalhadores, quase um terço do número de trabalhadores sem especialização (700.000) em todo o país. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p.41; 316)

²⁷ Sobre o ensino agrícola, entre outros: OLIVEIRA, Milton Ramon P. de. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

progresso', o setor produtivo terciário (comércio e serviços), em vista destes acontecimentos, reservaria à mulher possibilidades de trabalho com certa especialização nas mais variadas funções, especialmente no atendimento de escritórios, no comércio e em serviços públicos – lugares onde outrora predominava a presença dos homens. Curitiba centralizava um grande número de indústrias e de serviços desde o início da década: “em 1940, contava com 140.656 habitantes e 83,4% das indústrias do Estado estavam na Capital, bem como 74,5% dos serviços.”²⁸ Eram muitas as possibilidades de trabalho que se apresentavam na cidade, inclusive para a mulher. A atuação das mulheres nas atividades vinculadas à prestação de serviços e ao comércio não seria dado novo, posto que nos jornais das décadas de 1920 a 1940 o trabalho profissional da mulher foi descrito: “nos empregos domésticos, livrarias, confeitarias, bares, lojas, salões, ateliers[sic] e escritórios. Atividades que exigiam andança pela cidade também eram realizadas pelas mulheres, na posição de leiteiras, floristas, vendedoras de verduras ou bilhetes de loteria. Atuavam também como enfermeiras, parteiras e professoras. Algumas chegaram às faculdades”.²⁹

A expansão dos setores produtivos. ocorre no país de maneira crescente e sobretudo a partir dos anos de 1950 e: “representa a medida mais importante da integração das mulheres na atividade produtiva; marca, de certa forma, uma ruptura com o trabalho doméstico, exige qualificação, coloca as mulheres competindo em relativa igualdade de condições com os homens no mercado de trabalho, torna as mulheres assalariadas – membros remunerados da família.”³⁰ Mas ainda que a aceitação ao trabalho feminino ocorresse lentamente nas relações homem-mulher no pós-guerra e, mais especificamente, nos anos de 1950 no Brasil, ainda assim, será comum, neste mesmo período, as mulheres estudantes e trabalhadoras brasileiras deixarem o emprego

²⁸ GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945*. Curitiba, 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, p.1.

²⁹ Id., p.2-3. A respeito das mulheres que cursaram faculdade, Ildefonso Puppi afirma: “A primeira aluna do curso de engenharia civil [da Escola de Engenharia do Paraná, desde 1916], Ruth Dória de Oliveira, despontaria somente em 1931. Destacando-se com a segunda melhor média global entre os 32 candidatos nos exames vestibulares e concluindo com êxito as duas primeiras séries do currículo escolar, desistiu da matrícula no terceiro ano. Passaram-se quase dez anos para que surgisse a segunda aluna, que foi a primeira a diplomar-se em 1945, Enedina Alves Marques. (...) Formada, exerceu a profissão na área da construção civil por muitos anos, até o fim de sua vida”. Enedina foi a primeira jovem mulher negra a formar-se engenheira civil em Curitiba pela Escola de Engenharia do Paraná. (PUPPI, Ildefonso Clemente. *Fatos e reminiscências da Faculdade*. Curitiba: Fundação da UFPR, 1986, p.123)

³⁰ BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.209-210.

no momento do casamento.³¹ Para as mulheres, as décadas de 1940 e 1950, significavam períodos muito ambivalentes: de um lado, o ‘convite’ à participação das jovens em diferentes ações sociais e atividades produtivas, e de outro a valorização da ‘rainha do lar’. Elaboraões sobre o papel da jovem mulher do período que eram traduzidas na expectativa de sua participação no cenário público.

E a Igreja Católica não tardaria em reconhecer estas mudanças e acompanhá-las, ao seu modo, na formação da juventude tal qual houvera feito anteriormente com a investida – não só na cidade, mas em todo o país - na instalação das congregações religiosas para a difusão dos colégios católicos. Mas neste caso, do ensino comercial, age na cidade isoladamente. É apenas uma congregação religiosa, a das Irmãs de São José de Chambéry, que assume o ensino profissional feminino em área marcadamente masculina: o comércio - muito embora esta formação não prescindisse dos aspectos considerados ‘propriamente femininos’. O alcance da ciência, da técnica e as transformações da vida em sociedade era algo para os quais os colégios católicos femininos teriam que voltar cada vez mais sua atenção, sem, contudo, abster-se da religiosidade e da formação moral católica. Afinal, os ‘novos tempos’ assim o exigiam.

Considerações finais

Durante longo tempo, diferentes colégios católicos femininos no país, dedicaram-se ao atendimento exclusivo da demanda constituída por filhas da elite do local de sua instalação³², sendo que para estes a profissionalização da mulher era componente dispensado na formação e valorizado o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática. O piano e o francês eram aspectos complementares juntamente com “as habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de *mando* das criadas e serviçais, [que] também faziam parte da educação das moças (...) O domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas.”³³

³¹ Id., p.211-214.

³² Veja: CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. *Igreja Católica, educação feminina, e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): a Escola Normal de Sant’Ana (1947-1960)*. Curitiba, 2002. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná; CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula e Silva. *Igreja Católica e educação feminina em Santa Catarina: a trajetória do Colégio Sagrado Coração de Jesus e a formação de professores – Canoinhas (1921-1956)*. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná; PILLA, Maria Cecília Barreto A. op.cit.

³³ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.444-446. *grifos no original*

Por outro lado, a profissionalização era algo que interessava especialmente às filhas das demais camadas sociais, mais pobres, sem grandes possibilidades de casamento com ‘um bom partido’. E na perspectiva de possibilidade profissional às mulheres, cintila o trabalho com o magistério nas séries iniciais, mas também no comércio, com os cursos comerciais. Exemplo disso foi a Escola Técnica de Comércio São José. Ali, ser contadora ou contabilista permitiria àquelas jovens mulheres, quando solteiras, pensar na independência (pelo menos financeira) em relação aos seus familiares ou ainda inversamente, como a principal mantenedora da casa paterna; e quando casadas, até visualizar uma perspectiva de parceria com o homem quando o tema fosse o sustento do lar. Com um pouco menos de expectativa, ser auxiliar de escritório, permitiria que as jovens mulheres colaborassem com o orçamento doméstico. Em ambos os casos, a profissionalização em uma área que despontava como oportunidade de trabalho na cidade e também como oportunidade de trabalho para a mulher, o que garantiria a elas sonhar com um futuro melhor.

O trabalho em casas comerciais, nos bancos, nos escritórios, ou mesmo como autônomas na área contábil, significaria, como ainda hoje e na maioria das vezes, ofícios rentáveis e muito mais atrativos se considerados em perspectiva a situação de trabalho e de retorno financeiro das professoras primárias ou normalistas do mesmo período. Certamente, o ‘trabalho como missão’ ou como ‘extensão do lar’ não seria, em definitivo, atrativo para as mulheres que estudavam visando entender os negócios contábeis do país. Mas tanto o comércio como o magistério, significaram possibilidades de profissionalização da jovem mulher em Curitiba nos anos 1940/1950.

Fontes

- BRASIL. *Decreto-lei nº 20.158* – 30 jun. 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências. Distrito Federal: Diário Oficial, 9 jul. 1931.
- _____. *Decreto-Lei nº 6.141* - 28 dez. 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 31 dez.1943.
- _____. *Decreto-Lei nº 6.142* - 28 dez. 1943. Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial. Distrito Federal, RJ: Diário Oficial, 31 dez.1943
- HISTÓRICO DO INSTITUTO COMERCIAL SÃO JOSÉ. Curitiba, nov. 1942. 2f. (Arquivo do Colégio São José, Curitiba)
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 2. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano 8, 1947; Ano 11, 1950.
- NIEPCE DA SILVA, Aryon. *O ensino comercial no Brasil: história, legislação, jurisprudência da Divisão do Ensino Comercial*. Curitiba: Ed. Guayra, 1942.
- PASTA ATOS LEGAIS. (Arquivo do Colégio São José, Curitiba)
- PUPPI, Ildefonso Clemente. *Fatos e reminiscências da Faculdade*. Curitiba: Fundação da

UFPR, 1986,
RELATÓRIO DO SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Boletim de informações da Escola Técnica de Comércio São José ao M.E.S, referente ao ano de 1945*. Curitiba, 1947; 1948. (Arquivo do Colégio São José, Curitiba)

Referências

- BASSANEZI, Carla. *Virando as páginas, revendo as mulheres*. Revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- CARVALHO, Fermina Cassemira de Paula e Silva. *Igreja Católica e educação feminina em Santa Catarina: a trajetória do Colégio Sagrado Coração de Jesus e a formação de professores – Canoinhas (1921-1956)*. Curitiba, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHÂTELET, Anne-Marie. *La naissance de l'architecture scolaire: les écoles élémentaires parisiennes de 1870 à 1914*. Paris: Honoré Champion, 1999.
- CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. *Igreja Católica, educação feminina, e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960)*. Curitiba, 2002. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.
- CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. *Ensino profissional feminino em Curitiba: a Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955)*. Curitiba, 2005. 281f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.
- FUCKNER, Cleusa Maria. *Magistério e Casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986)*. Curitiba, 2000. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.
- GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945*. Curitiba, 1994. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- GOMES, Ângela de Castro. (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- IWAYA, Marilda. *Palácio da Instrução: representações sobre o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960)*. Curitiba, 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p.443-481.
- OLIVEIRA, Milton Ramon P. de. *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Dir.) *História das Mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Afrontamento.
- _____. Mulheres. In: *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167-231.
- PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *Escola de virtudes: sociabilidades no Colégio Cajuru, 1907-1942*. Curitiba, 1999. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.
- PIZANI, Maria Angélica Pinto Nunes. *Os caminhos do ensino de graduação em Enfermagem em Curitiba de 1953 a 1994*. Curitiba, 1999. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.
- SINGER, Paul; MADEIRA, Felícia. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970*. Caderno 13. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- SOUZA, Cristiane dos Santos. *A mulher professora na instrução pública de Curitiba (1903-1927): um estudo na perspectiva de gênero*. Curitiba, 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em

- Educação)– Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.
- SOUZA, Regina Maria Schimmelfeng de. *A estrada do poente: Escola Alemã/Colégio Progresso*. Curitiba, 1930-1942. Curitiba, 2003. (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. (CD-ROM)
- _____. *Curso Comercial Colégio Progresso*, texto inédito, maio 2004.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- TOFOLI, Therezinha Elizabeth. *Educação feminina em Adamantina – SP: “O Instituto de Educação Madre Clélia” (1951-1978)*. Presidente Prudente, 2003. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista.